

“Agora é a Minha Vez!”: Curso de Tecnologia em Segurança Pública, inclusão social através do EAD.

Thayná Moreira Cardoso de Carvalho Grandin¹

Resumo: O avanço das tecnologias de ensino proporcionaram novos métodos de aprendizagem, assim tem sido grande a procura por cursos na modalidade de Educação a Distância – EAD, principalmente por aqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho e não dispõem de tempo para locomoção diária em horários fixos até uma Instituição de Ensino Superior. Nesse sentido, desde 2014, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública – UFF é oferecido pelo Consórcio CEDERJ, e proporciona ensino de qualidade a centenas de profissionais da área de Segurança Pública tendo inclusive recebido, em 2016, o reconhecimento da Universidade através do Prêmio de Excelência Acadêmica em Inovação para o Desenvolvimento Social. Mais do que novos saberes, o Curso oferece a estes profissionais uma chance de retornar aos estudos, a experiência de um convívio universitário, a capacitação para a vida acadêmica e o tão sonhado diploma. Como Articuladora Acadêmica deste processo de aprendizado, realizei um estudo com base nas observações etnográficas feitas a partir do lugar que ocupo no Curso, colhendo relatos e experiências de interações sociais junto aos alunos, que antes se viam limitados ao ambiente militarizado e hoje se encontram com a oportunidade de alcançar a realização pessoal na busca de novos conhecimentos. Assim, através da EAD, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública promove uma verdadeira inclusão social desses alunos e profissionais, em prol da democratização do ensino em nosso país.

Palavras-Chave: Segurança Pública; EAD; Inclusão Social; Democratização do Ensino; Tecnologias de Ensino.

Abstract: The advancement of teaching technologies has provided new learning methods, so there has been a great demand for distance learning courses, especially for those who are already in the labor market and do not have time for daily commuting in hours to a College. In this sense, since 2014, the Curso de Tecnologia em Segurança Pública - UFF has been offered by the CEDERJ Consortium, and provides quality education to hundreds of professionals in the Public Safety system, having even received, in 2016, the University's recognition through the Academic Excellence in Innovation for Social Development. More than new knowledge, the Course offers these professionals a chance to return to studies, the experience of a university life, the training for academic life and the long-awaited diploma. As Academic Coordinator of

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Justiça e Segurança – UFF. Articuladora acadêmica do Curso de Tecnologia em Segurança Pública no Polo de São Gonçalo.

thaynagrandin@id.uff.br

this learning process, I carried out a study based on the ethnographic observations made from the position I occupy in the Course, collecting reports and experiences of social interactions with the students, who before were limited to the militarized environment and today are with the opportunity to achieve personal fulfillment in the search for new knowledge. Thus, through EAD, the Curso de Tecnologia em Segurança Pública promotes a true social inclusion of these students and professionals, in favor of the democratization of education in our country.

Keywords: Public Safety; Distance Learning; Social inclusion; Democratization of Education; Teaching Technologies.

1. Introdução

Este texto apresenta como o Curso de Tecnologia em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense (UFF) proporciona a entrada de agentes de segurança pública na vida acadêmica. E aborda a Educação a Distância (EAD) como tecnologia de ensino primordial para que essa inserção ocorra, haja vista que muitos desses profissionais, em razão das escalas de trabalho, não possuem tempo para se deslocarem diariamente até uma Instituição de Ensino Superior.

Início o trabalho com a descrição da trajetória de vida de um aluno que iniciou os estudos no curso no segundo semestre de 2019. A coleta de informações foi realizada através de uma entrevista, sob a orientação do Professor Marcos Veríssimo, que coordena o Grupo de Estudos em Segurança Pública do Laboratório de Iniciação Acadêmica e Científica (GESP/LABIAC-UFF).

Em sequência continuo a narrativa com outros dois casos marcantes de alunos que identificaram no curso uma desafiadora forma de aprendizado, já que além dos textos de estudo, também tiveram que se adaptar ao uso de tecnologias digitais e superarem suas dificuldades pessoais para alcançarem o diploma.

Na segunda parte do trabalho apresento a importância da utilização da EAD como ferramenta tecnológica de ensino facilitadora do processo de aprendizagem para os agentes de Segurança Pública. E mais especificamente como o curso de Tecnologia em Segurança Pública – UFF, através da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ/CEDERJ, contribui para o acesso destes profissionais ao ensino superior público de qualidade.

Em última análise trago a reflexão do curso como um fator de inclusão social, já que proporciona a socialização desses agentes com as regras do ambiente acadêmico. E sob essa perspectiva destaco o termo “choque cultural” como categoria nativa, trazida reiteradamente pelos alunos em suas falas, de modo a explicar o conflito de ideias e diferentes moralidades percebidos entre a vivência militarizada e o universo dos estudos científicos que encontram nos textos trabalhados pelo Curso.

2. “O Preto Metido”

A narrativa que descrevo aqui ocorreu no início do segundo semestre de 2019, em uma sessão de tutoria da disciplina Introdução Educação a Distância (EAD) na qual sou tutora presencial² do Consórcio CEDERJ (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro), no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF.

Ao tecer comentários sobre a importância do curso na modalidade semi presencial para que profissionais da área de Segurança Pública tivessem oportunidade de cursar uma faculdade, o Calouro que chamarei³ de João, iniciou uma narrativa descrevendo sua trajetória até aquele momento, a qual passo a descrever.

João tem 49 anos de idade, é policial militar há 23 anos e entrou na polícia escondido, sem o consentimento de sua família, pois segundo ele, na época, a profissão não era vista com bons olhos pela sociedade, devido ao fato do agente de segurança pública ser considerado um elemento cerceador de direitos, um indivíduo repressor em cumprimento as ordens do Estado.

Na maior parte do tempo trabalhou na equipe de Radio Patrulha, que ele explicou ser a representação do coronel na rua, pois junto com mais um colega de trabalho em uso de uma viatura, ao ser acionado o policial vai ao encontro da pessoa solicitante para compor e solucionar o conflito, e assim ele possui a responsabilidade de

² A Lei Estadual 8.030/2018 apresentou implicações pra profissionais que atuam com o ensino a distância, inclusive tendo vedado a utilização do termo “tutor”. Desde então, por orientação da Procuradoria Geral do Estado, o “tutor” passou a ser chamado de mediador, o “tutor coordenador” passou a ser chamado de “articulador acadêmico”. Tendo em vista não se tratar de determinação oficial, pois houve recurso com alegação de inconstitucionalidade, continuarei neste trabalho utilizando os termos tutor e tutor coordenador para me referir a estes educadores.

³ Informo que alterei os nomes dos alunos citados a fim de preservar a identidade dos mesmos.

prestar um bom serviço pois é o primeiro contato de atendimento para a prestação do serviço público.

Atualmente, devido problemas de saúde, foi designado para atividades internas, mas demonstrou verdadeira paixão pelo contato com o público, tendo inclusive, administrado diversos conflitos e até mesmo adquirido amigos ao longo dos anos de atendimento na rua.

Em relação ao âmbito familiar, João é casado, e sempre se preocupou em prover o melhor para seus 4 filhos. Tanto que, em certo período da vida, deixou de cursar faculdade para poder investir nos estudos de suas crianças. Mas agora com a vida equilibrada, os filhos crescidos, estudantes de faculdade pública, João percebeu que era a hora de investir no seu próprio futuro, expandir os horizontes, e disse a si mesmo: “agora é a minha vez!”.

João contou que no batalhão onde trabalha, começou a perceber que alguns policiais estavam levantando assuntos diferentes, fundamentando os seus posicionamentos nas rodas de discussões e aquele seletor grupo lhe chamou atenção pela maneira de pensar diferente da “caserna”⁴. E assim foi instigado a se inscrever para o Vestibular CEDERJ para o curso de Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense, para saber de onde vinham tais ideias.

Mesmo estando no primeiro período, o aluno já reconheceu a importância de observar o contexto “de fora”, tomando distanciamento do conflito, enxergando os dois lados da moeda, e disse que se tivesse entrado para a faculdade antes, teria identificado alguns fatos em sua carreira de forma diferente.

O Calouro narrou suas dificuldades iniciais com o forte ritmo de estudo, acesso ao conteúdo da plataforma *online*, mas com o incentivo dos mediadores presenciais vem conseguindo organizar suas horas diárias para intensificar a leitura aos conteúdos didáticos e cumprir com as atividades. O aluno encara esse desafio como oportunidade de adquirir cultura e esticar as mãos para o conhecimento, que como ele já percebeu é um conhecimento bem diferente de tudo que ele conhecia até então.

⁴ Termo utilizado na dissertação de Robson Rodrigues da Silva em referência a Academia de Polícia Militar, seus os valores e saberes. In SILVA, Robson et al. Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. 2011.

Hoje, após entrar para a faculdade, João se sente um ser humano melhor, e seu crescimento pessoal também já é observado pelos que estão ao seu redor. No âmbito familiar, ele já participa de mesa redonda com os filhos, conversando sobre diversos assuntos que antes não eram postos em pauta por falta de argumentos científicos. E no batalhão onde trabalha, ele passou a ser chamado de “Preto Metido”, pois passou a fazer parte daquele seletivo grupo de profissionais com posicionamentos fundamentados nos estudos que vem conhecendo através do curso.

3. Outros Relatos

A fundação CECIERJ (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, e através do consórcio CEDERJ reúne as Universidades Públicas do Estado do Rio de Janeiro a fim de propiciar cursos de Graduação a Distância de qualidade, na modalidade semipresencial, através de Plataforma *online* e atividades em polos universitários distribuídos em diversas regiões do estado.

Neste contexto, em 2013, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social surgiu através de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado aos Professores e Pesquisadores da Universidade Federal Fluminense que já atuavam no curso de Bacharelado e Especialização na área. E seguindo as regras do MEC, o curso é exclusivamente oferecido aos profissionais da carreira de segurança pública.

Assim, desde 2014, atuo no Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social como Tutora Presencial, e desde 2015 também exerço a função de Tutora Coordenadora⁵ no Polo Universitário de São Gonçalo/RJ. Em ambas atividades, tenho a oportunidade de acompanhar a trajetória de muitos alunos e ouvir seus relatos de vida.

Pedro entrou na primeira turma do curso, tinha 46 anos de idade, e encontrou no curso de Tecnólogo uma oportunidade de alcançar o tão sonhado oficialato na carreira de Policial Militar. Nas primeiras tutorias, o calouro já assumia sua dificuldade em utilizar o computador, justificava que por estar afastado dos bancos escolares há bastante tempo nunca utilizou a tecnologia para o estudo e menos ainda para o trabalho

⁵ Idem ao 1

que era efetuado na rua. Assim, desde os primeiros semestres, Pedro já se inseriu em grupos de estudos, construiu laços de amizade que foram auxiliando na adaptação com a nova metodologia de ensino e buscava em sua filha frequentes orientações para utilizar o computador.

Seja para ligar o aparelho, digitar e formatar um texto até anexá-lo na Plataforma Moodle⁶, ele sempre solicitava ajuda, era esforçado e não tinha vergonha em assumir essa ausência de conhecimento, pelo contrário, para tentar se incluir digitalmente de forma mais rápida ele comprou um *tablet* para acompanhá-lo nos momentos de estudo e forçá-lo ao mecanismo digital. Podendo assim ser considerado um “imigrante digital”, na terminologia adotada por PRENSKY (2001):

O autor chama de “imigrantes” as pessoas provenientes de uma cultura que se organizava basicamente em torno de materiais impressos, como livros e jornais, e que agora precisam se adaptar, “migrar” para as novas tecnologias de interação e comunicação digital. (PRENSKY, 2001 apud GEWEHR, 2016, p.35)

Por ele fazer parte da primeira turma do curso, assim como seus colegas de classe, havia a perspectiva que o Curso fizesse parte do projeto de reforma da carreira do Policial Militar, passando a integrar a formação de Oficiais. Todavia, tal planejamento foi quebrado devido à mudança de planos do Governo do Estado, como explica Erika Ferreira (tutora coordenadora do curso no Polo de Nova Friburgo/RJ), em sua dissertação:

O Curso foi criado a partir de uma demanda da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro em 2012. No início de 2015, a Coordenação foi procurada pelo Estado Maior da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para que o Curso integrasse o projeto de reforma da carreira da Polícia Militar, que visa criar uma formação unificada para Oficiais e Praças. O Curso faria parte dessa formação unificada para todos os ingressantes na PMERJ. Assim, foi solicitado um aumento na oferta do número de vagas de 500 para 950 ainda em 2015. Em janeiro de 2018, o governador do estado do Rio de Janeiro sancionou a lei estadual 7858, que passa exigir o título de bacharel em direito nos quadros de oficiais da Polícia Militar. (...) Nesse caso, a reforma inicial propunha uma formação unificada entre Oficiais e Praças oferecendo um curso técnico-profissional (da Polícia

⁶ A Plataforma Moodle é um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com ferramentas de apoio ao ensino a distância para promover a interação entre alunos e professores.

Militar) e outro voltado para a administração institucional de conflitos articulado com a Universidade, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF (FERREIRA, 2019, p. 22-23).

Certamente essa mudança desestimulou muitos alunos que entraram no curso com o objetivo de progressão na carreira Policial Militar, provocando até mesmo a evasão de alguns. Mas Pedro encarou de forma diferente, afinal em anos de carreira militar ele não havia encontrado nenhum curso institucional que lhe trouxesse o ritmo de leitura e aprendizagem que o Curso lhe oferecera, e assim permaneceu com sua presença constante nas tutorias e dedicação nas atividades.

Até que em seu último ano, eu percebi sua ausência e como Tutora Coordenadora era meu dever procurá-lo para saber o que estava acontecendo e se de alguma forma poderia auxiliá-lo. Foi, então, que ele me explicou que para alcançar a progressão na carreira, havia se inscrito em um Curso de Formação de Oficiais que estava tomando o tempo dele e, por isso, a ausência nas tutorias, e acrescentou que o encorajamento para se desafiar nesse novo caminho veio a partir do apoio que teve no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública, visto que ele reaprendeu a estudar.

Ou seja, o aluno criou rotinas de leitura, desenvolveu a escrita e argumentos através dos conhecimentos transmitidos pelo conteúdo didático do curso universitário; e assim se sentiu capacitado a continuar em busca de seu sonho, mesmo que precisasse ir por outro caminho.

E assim ele fez, terminou o curso de Tecnologia em Segurança Pública no primeiro semestre de 2016, e meses depois ele me enviou as fotos de sua conquista ao Oficialato na Carreira Militar, me agradecendo pelo apoio na sua vida acadêmica. Logicamente, que o mérito foi todo dele, mas fiquei feliz por sua realização, pois antes de iniciar o Curso de Tecnólogo, ele não tinha nem sequer familiaridade com o computador, e aos poucos teve que aprender a lidar com o ambiente virtual de aprendizagem e intensificar a leitura para alcançar o aprendizado. E todo esse processo serviu para mostrá-lo que era capaz de buscar seu objetivo de progressão na carreira, ainda que não fosse pelo curso inicialmente planejado.

Outro caso que me marcou foi do Aluno Paulo, agente da Polícia Federal, que com 43 anos prestou o vestibular para o segundo semestre do ano de 2014, mas não iniciou os estudos. E somente em abril de 2016, após ter recebido diversos *emails* (com mensagens para incentivar a participação do aluno no curso) me procurou no Polo para esclarecer a sua situação. Ele me narrou que estava passando por problemas psiquiátricos, depressivos, me apresentou laudos e caixas de remédios, para justificar não ter conseguido cursar até aquele momento; ele disse que estava pensando em desistir dos estudos, mas que sua filha o aconselhou a conversar comigo (em referência a pessoa que enviava os *emails* motivadores via plataforma) sobre o que poderia ser feito para ele não perder a matrícula até uma possível recuperação, pois considerava que o ambiente acadêmico serviria como uma ferramenta para auxiliá-lo neste processo.

Diante daquela situação, eu fiz contato com o departamento responsável e prontamente me responderam que diante do laudo médico estavam efetuando o trancamento especial de matrícula, e que posteriormente o aluno poderia retomar os estudos. Assim, eu repassei ao Paulo o procedimento que atendera sua solicitação, e aconselhei que, nesse período até se sentir apto a retornar ao Curso, ele já fosse lendo o material didático que já tinha em mãos (pois todo calouro recebe o livro no dia de matrícula) como forma de habituá-lo aos textos propostos pelo Curso; disse que tínhamos uma equipe de tutores presenciais para auxiliá-lo nas disciplinas e que estaria torcendo por seu restabelecimento.

Então, no segundo semestre de 2016, ele me procurou na aula inaugural para dizer que estava disposto a tentar, que já havia conversado com seu médico e que se sentia apto a retornar as atividades da vida acadêmica. De certo, percebi que seu comportamento estava melhor do que no primeiro contato, mas ainda apresentava sinais de alterações psicológicas, como uma postura curvada, olhar cabisbaixo, e fala envergonhada; mas o que importava naquele momento era a vontade dele de ativar sua vida e contar com o Curso para essa virada de mesa.

Logicamente, assim como ocorre com a maioria dos alunos no primeiro período de curso, ocorreram alguns embates nas tutorias, principalmente àquelas que propõem discussões sobre estudos científicos que comprovam fatos diversos do que é relatado nas academias policiais. Nas primeiras semanas de participação, um dos tutores fizera contato comigo, pois estranhara o modo como o Paulo se apresentou para turma e os

levantamentos que fazia em sala de aula. Mas expliquei a situação, para demonstrar que a ambientação de Paulo não era apenas com o material didático do curso, mas com a vida social da qual ele fora afastado por problemas psiquiátricos.

Enfim, Paulo conseguiu acompanhar a turma, participou de diversos eventos no Polo e se formou no último semestre de 2018, tendo me solicitado informações quanto a reingresso, pois pretendia manter os estudos. Com o decorrer do curso, foi visível a mudança de postura, tanto na tratativa com os colegas e tutores como fisicamente, já estava com a cabeça erguida, sorriso no rosto e andar leve. E no evento de colação de grau, acompanhado de sua esposa e filha, que fez questão de me apresentar, dava pra sentir o orgulho que rondava aquela família pela conquista alcançada.

Nota-se nos 3 (três) relatos, que apesar da fala ter sido dita expressamente apenas pelo João, nas outras narrativas também é possível incluir o “Agora é a minha Vez” na utilização do Curso para trilhar um novo caminho, seja para se recuperar de uma depressão e se reinserir socialmente, seja para a inclusão digital, seja para realizar o sonho do diploma em nível superior, seja para reaprender as técnicas de estudo e alcançar objetivos ditos “impossíveis” até então.

Assim como estes, muitos outros estudantes, em sua maioria com idade acima dos 40 anos, chegaram ao Curso apresentando pouca familiaridade com o uso da internet, tecnologias digitais, e sem ritmo de estudo; haja vista que alguns deles estavam afastados dos bancos escolares por 15 ou 20 anos. E todos, de maneira geral, se assustam com a quantidade de textos para leitura e confecção das atividades.

Esse contexto só demonstra o quanto esses indivíduos precisam de oportunidades conforme a promovida pelo Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social/UFF, em conjunto com o CEDERJ/CECIERJ, para retornarem aos estudos e alcançarem o diploma de nível superior.

4. A Educação a Distância para profissionais da Segurança Pública

O avanço das tecnologias possibilitou o surgimento de diferentes formas de interação entre os indivíduos. Hoje, as pessoas se conectam por *tablets*, *smartphones*, *notebooks*, e assim otimizam o seu tempo para práticas diárias como por exemplo: efetuar uma compra, pagar uma conta, ler o jornal.

Nesse sentido, as práticas de ensino também passaram por mudanças na medida em que foram inseridas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ambiente educacional. Como exemplo disso, podemos citar a internet, que há 20 anos era no modo "discado" e de uso limitado aos computadores, hoje com a banda larga e avanço dos aparelhos tecnológicos possibilita o acesso na "palma da mão" com um simples *smartphone*. Assim, adultos e crianças passaram a ter acesso a diversas informações de forma imediata, sem precisar visitar uma biblioteca ou adquirir enciclopédias haja vista que, atualmente, basta um toque para o conhecimento se exibir nas telas *online*.

Dessa forma, é crescente a procura por cursos à distância principalmente para aquelas pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho, e que possuem dificuldade de tempo e locomoção diária até um centro de ensino, tendo que buscar uma faculdade com modelo de ensino a distância para cursarem o nível superior.

Tal modalidade tem se apresentado como uma alternativa para os profissionais de Segurança Pública que, na maioria das vezes, trabalham em regime de escala e não conseguem estabelecer horários e dias fixos para comparecerem as aulas presenciais do modelo tradicional de ensino. Logo, optam pelo ensino a distância como forma de alcançar um diploma de nível superior.

Assim, o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, da Universidade Federal Fluminense (UFF), é ofertado no Estado do Rio de Janeiro através do consórcio CEDERJ, com regime semipresencial; utilizando os polos universitários (escolas públicas municipais) para as tutoriais presenciais, avaliações periódicas e eventos acadêmicos.

Com exceção as Avaliações Presenciais (APs), que ocorrem duas vezes no semestre e uma terceira vez se o aluno não alcançar a média de aprovação, o aluno não está obrigado a comparecer nas outras atividades, apesar de ser notório que quanto mais o aluno participa dos encontros semanais de tutorias presenciais e eventos acadêmicos

(visita acadêmica, palestras e etc), mais fácil é a sua adaptação com o modelo de ensino e metodologia aplicada pelo curso.

No que tange a organização pedagógica do curso, Erika Ferreira brevemente resume:

Por se tratar de um Curso semipresencial, os alunos se utilizam de uma plataforma que lhes permite ter acesso a todo o material didático, vídeos, fóruns, entre outras ferramentas. O material didático de algumas disciplinas também é fornecido gratuitamente em módulos impressos que são retirados na secretaria do polo. O conteúdo presente no material didático e no ambiente virtual apresentam referências significativas sobre áreas interdisciplinares essenciais a compreensão do tema segurança pública em uma perspectiva comparada, diferente do que é encontrado nas academias de polícia, faculdades de direito ou curso de formação instrucional e operacional das agências de segurança (FERREIRA, 2019, p. 47).

Enquanto Tutora Coordenadora do Polo Universitário São Gonçalo/RJ (UAB/CEDERJ), acompanho todos os alunos do curso, em especial os recém-chegados, por entender que os calouros necessitam de uma atenção maior para se adaptarem com a nova didática, pois a maioria nunca estudou na metodologia EAD. Neste contexto, entre o dia de matrícula, aula inaugural e primeiras semanas, ao estabelecer o primeiro contato com o aluno, realizo uma conversa de acolhimento na qual através de um breve questionário é realizada a seguinte pergunta: *“Por que optou por um curso a distância?”* e dentre outras opções a maioria responde: *“Pela falta de tempo de cursar o ensino superior nos horários das faculdades presenciais tradicionais”*.

Em análise aos 81 questionários aplicados no primeiro e segundo semestre de 2019, verifiquei que 73 calouros optaram por essa resposta para justificar sua escolha. Um universo de 90% de alunos que consideram a modalidade de ensino a distância como real possibilidade para conciliarem seus compromissos e escalas de trabalho com a oportunidade de estudar.

Tal resposta está em consonância com o objetivo metodológico descrito no site do CEDERJ:

Ao implementar a metodologia de educação a distância, o Consórcio Cederj permite o acesso ao ensino daqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários

tradicionais de aula (<https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/>, acesso 8/10/2019).

Assim, a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – CECIERJ, através do consórcio CEDERJ, possibilita a inserção de agentes de segurança pública em um ambiente acadêmico com ensino superior público e de qualidade. Promovendo a oportunidade de inclusão social daqueles que em função das escalas de trabalho não possuem condições de acompanhar as aulas em Universidades presenciais.

5. A Inclusão Social e o Choque Cultural.

Utiliza-se o termo “inclusão social” para demonstrar a inserção de indivíduos ou de certos grupos, até então, excluídos da sociedade; ou seja, ao utilizarmos o termo “inclusão”, estamos remetendo ao seu inverso: a “exclusão”. Atualmente, é difícil identificar grupos que estejam totalmente excluídos de toda a sociedade, geralmente, isso ocorre sobre parte da sociedade, por diversos fatores impeditivos que limitam o alcance a direitos básicos como educação, lazer, saúde.

Em geral, políticas públicas inclusivas voltadas a camadas sociais de baixa renda e questões envolvendo etnia, gênero, pessoas com necessidades especiais, dentre outros, são facilmente identificadas em nossa sociedade. Todavia é um pouco mais difícil enxergar a aplicação do termo para agentes da segurança pública.

Isso ocorre porque se pressupõe que tais profissionais já estejam totalmente inseridos socialmente, até mesmo em razão da função que exercem, do salário que recebem e do status que possuem frente à sociedade. Assim, ao adentrarem na faculdade já levam consigo o conhecimento corporativo que vai de encontro ao conhecimento científico transmitido pelos professores, o que gera o chamado “choque cultural”, termo frequentemente dito pelos alunos como definição ao estranhamento auferido na leitura dos textos disponibilizados pelo curso e em situações vivenciadas no ambiente acadêmico.

Conforme explica o Professor Marcos Veríssimo (Doutor em Antropologia e Professor do Curso de Segurança Pública UFF):

[...] o discurso da “inclusão social” do CEDERJ parece não lhes dizer respeito. Ao contrário, como vimos, o “choque cultural” decorre, não da “exclusão social” do aluno, e sim de sua inclusão social, pessoal, psíquica e corporativa, na categoria de Policial. E quanto mais visceral foi e é o seu processo de inclusão nas lógicas e sociabilidades policiais, maior será o “choque cultural”. (VERÍSSIMO, 2015, p.19)

A questão do “choque cultural” explicada pelo Professor Veríssimo e recorrentemente trazida nos discursos dos alunos do curso, como categoria nativa, diz respeito aos conflitos gerados, inicialmente, pelo fato do aluno querer impor seu saber policial através da descrição de sua prática profissional como um saber legítimo sobre aquele tema (ARAGON, 2018) para responder as atividades propostas pelo curso, ao invés de utilizar os conteúdos abordados no material didático das disciplinas. Daí o “choque”, o aluno apresenta seu conhecimento prático como hierarquicamente superior e substituto do conhecimento científico, inferindo a lógica do contraditório, explicada pelo Prof. Dr. Roberto Kant de Lima (Idealizador do Curso de Tecnólogo em Segurança Pública UFF):

(...) lógica do contraditório. Trata-se de uma técnica escolástica medieval, cuja característica mais importante, em nosso caso, é a criação de uma infinita oposição entre teses, necessariamente contraditórias, que só se resolve pela intervenção de uma terceira parte, dotada de autoridade externa à disputa e às partes, e que se responsabiliza pela escolha de uma das posições que se opõem, para interromper o processo que, sem esta intervenção, tenderia ao infinito. (KANT DE LIMA, 2012 apud ARAGON, 2018, p. 38)

Deste modo, os alunos, principalmente os iniciantes, tendem a travar inúmeras disputas ao trazer os argumentos de autoridade arraigados na prática profissional na tentativa de desqualificar as reflexões teóricas trazidas pela Universidade; até compreenderem que o curso se fundamenta na autoridade do argumento, com base nos estudos empíricos auferidos por pesquisadores da área e ministrado nos textos e livros didáticos abordados no curso. Até porque, se fosse se pautar pela experiência do aluno, não seria possível a formação de um material didático, visto que cada um possui uma experiência e opinião diferente do outro.

O curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social está inserido em uma sociedade hierárquica com intermediários detentores de um poder oriundo de um saber particularizado. A Educação à Distância se

insere dentro de uma tradição hierárquica que precisa de mediadores para transmitir o conhecimento, é preciso uma autoridade, nesse caso, os tutores, para a transição desse conhecimento. Nesse caso, o conhecimento é poder e o que prevalece é a autoridade do argumento. As referências em termos de conhecimento dos policiais militares, maioria entre os alunos do curso não estão pautadas no conhecimento científico e, sim, na hierarquia militar onde os fatos são determinados pela autoridade. Nesse contexto, é que vai se discutir essa diferenciação do saber científico e do saber prático, além de, se instaurar o processo de socialização acadêmica (FERREIRA, 2019, p. 57).

Por isso a importância de fazer o aluno ultrapassar a barreira do “choque cultural”, o quanto antes, para compreender que o curso explicita dados auferidos com base em pesquisas e estudos de campo através dos quais são elaboradas as questões de avaliação, na intenção de verificar se o estudante compreendeu o material didático, o que só é possível se o aluno elaborar sua resposta fundamentada neste conteúdo; tudo isso em conjunto com a perspectiva de que os calouros ainda estão se adaptando a forma de estudar, escrever e utilizar as ferramentas do EAD. Conforme descreve Luiza Aragon (Doutora em Antropologia e Tutora a Distância do Curso):

O uso da linguagem escrita é um recurso tecnológico não-humano que fundamenta cursos de graduação presenciais e semi presenciais. Este último delega muito mais à linguagem escrita e aos recursos oferecidos pela internet a sustentação das relações entre professor e aluno, procurando, no caso desta disciplina, através dos fóruns, *traduzir* em responsabilidades *equivalentes* à formação de vínculos no ensino presencial. Daí a importância que se atribuiu na disciplina Introdução aos Estudos sobre Segurança Pública aos fóruns e à maneira como os alunos demonstravam, nos seus discursos, refletir (ou não refletir) sobre o conteúdo do curso. Neste contexto, procuramos entender o confronto entre duas perspectivas da segurança pública, onde os calouros que, em sua maioria, não tiveram uma experiência prévia de educação à distância, ainda estão aprendendo a importância que se dá à forma e ao conteúdo das aulas tratado nos fóruns (ARAGON, 2018, p. 37, grifos meus).

Ressalto que grifei os trechos acima, para demonstrar que dentro do Curso temos uma parcela de alunos afastados a bastante tempo dos campos acadêmicos, alguns sem a prática da escrita acadêmica, alguns sem experiência com o uso da tecnologia (excluídos digitalmente), a maioria sem experiência em curso na modalidade

semipresencial, mas que encontraram através do EAD a possibilidade de ingressarem em uma faculdade pública com ensino de qualidade.

Conjuntamente aos casos narrados no início do texto, trago a reflexão de que não seriam esse agentes de segurança pública excluídos socialmente do meio acadêmico? E que a partir do Ensino a Distância encontraram a oportunidade de conciliar as escalas de trabalho com os estudos? E que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública, por estar relacionado à área de atuação, trouxeram-lhe o interesse em um aprendizado diverso do conhecido na “*caverna*”⁷ ?

Dessa forma, pode-se considerar que o projeto do Curso juntamente com o consórcio CEDERJ/CECIERJ promovem a inclusão social, através do EAD, dos agentes de segurança pública que se interessam em aprender os estudos produzidos pela Universidade; os quais até então possuíam dificuldades, em razão da escala de trabalho que são submetidos, de frequentar presencialmente o ambiente acadêmico.

6. Conclusão

Através do presente trabalho, procurei demonstrar um pouco da experiência que acumulei ao longo dos últimos 5 anos como tutora presencial e articuladora acadêmica do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ. A cada semestre que se iniciava percebia a necessidade dos alunos em aprender a lidar com as novas tecnologias de ensino, com a rotina forte de leitura e escrita, como forma de socialização acadêmica.

Assim, ao entender que o CEDERJ busca, através do EAD, promover a inclusão social de seus estudantes através do oferecimento de ensino público e de qualidade a aqueles que por motivo da distância ou em razão de trabalho, não tiveram oportunidade de cursar nível superior; entendo que os agentes de Segurança Pública que buscam o Curso também se inserem nesse contexto de inclusão social. Isso porque, por mais que esses alunos tenham a peculiaridade de já estarem inseridos no mercado de trabalho,

⁷ Brevemente, trata-se de uma metáfora criada pelo filósofo Platão, que consiste na tentativa de explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos e o que seria necessário para atingir o verdadeiro “mundo real”, baseado na razão acima dos sentidos. Inferindo que o verdadeiro mundo só conseguiria ser atingido quando o indivíduo percebesse as coisas ao seu redor a partir do pensamento crítico e racional, dispensando apenas o uso dos sentidos básicos.

isso não promove facilidade na sua inserção no meio acadêmico. Pelo contrário, a rotina das escalas de trabalho dificulta, e até mesmo impedem, esses agentes de frequentarem faculdades no modelo de ensino presencial.

Analisando os três casos, inicialmente, por mim relatados somados a todo o contexto aqui descrito, o que percebo é que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública proporciona inclusão social principalmente aqueles profissionais que já estão afastados dos bancos escolares há algum tempo, e, portanto já estão na faixa dos 40 anos, constituem responsabilidades familiares e profissionais que impedem sua participação em um curso 100% presencial, e veem no Tecnólogo uma chance de alcançar um diploma que traga satisfação pessoal, profissional e experiência ao ambiente acadêmico.

Logo, pode-se considerar que o Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF juntamente com o consórcio CEDERJ/CECERJ, promovem a democratização do ensino ao oportunizarem, através do EAD, a inclusão social no espaço acadêmico de indivíduos que antes não possuíam facilidade em acessá-lo.

7. Referências Bibliográficas

ARAGON, Luiza A. **A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense. 2018.** Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Antropologia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Erika G. **Na faculdade a gente aprende a pensar. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF. 2019.** Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

GERALDO, P. H. B. e KANT DE LIMA, R.. Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância da Universidade Federal Fluminense. *In:* GT01 “Administração de conflitos em perspectiva comparada” 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais,; Outubro, 2015.

GEWEHR, Diógenes. **Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (tdicS) na Escola e em Ambientes Não Escolares**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ens Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado, Rio Grande do Sul, , 2016.

KANT DE LIMA, R. “Antropologia Jurídica”. In: SOUZA LIMA, A. C. de. Antropologia e Direito: Temas antropológicos para estudos jurídicos. Rio de Janeiro/Brasília, 2012. P.35-51

KANT DE LIMA, Roberto; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. **Anuário Antropológico**/2013, Brasília, UnB, v.39, n .1, p .9-37, 2014.

NEVES, Dylla de M. C. **Hierarquia e Disciplina**: análise da relação de ensino-aprendizagem no curso de tecnólogo em segurança pública e social. Trabalho de conclusão do Curso (Bacharelado em Segurança Pública) - Universidade Federal Fluminense, Niterói / Rio de Janeiro, 2016.

PLATÃO. **A República**. (trad. Enrico Corvisieri), Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SILVA, Robson Rodrigues da. et al. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “pato”. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI**. Niterói/Rio de Janeiro: Ed. UFF. 2011.

VERÍSSIMO, Marcos. *et. al.* Quando a polícia vai à Faculdade: “inclusão social” ou “choque cultural”? In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2015, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

Sites consultados:

CEDERJ em: <https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/metodologia/>, acesso em 8 de Outubro de 2019.